



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA
(11) 3292-3521 - gcmv@tce.sp.gov.br

DESPACHO

PROCESSO: 00020037.989.25-8

REPRESENTANTE: ■ BEATRIZ PAULA CAETANO SANTOS (CPF ***.216.968-**) ■ **ADVOGADO:** BEATRIZ PAULA CAETANO SANTOS (OAB/SP 484.432)

REPRESENTADO(A): ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME (CNPJ 46.362.661/0001-68)

ASSUNTO: Representação formulada contra o Edital da Concorrência Eletrônica n.º 013/2025, Processo Administrativo 1DOC n.º 9.466/2025, que objetiva a contratação de empresa de engenharia especializada em serviços de iluminação pública viária, visando à execução de atividades de modernização e efficientização do sistema de iluminação pública do Município de Leme/SP.

EXERCÍCIO: 2025

INSTRUÇÃO POR: UR-10

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00020138.989.25-6

PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00014798.989.25-7

PROCESSO: 00020138.989.25-6

REPRESENTANTE: ■ ENZO SCATOLIN CAMACHO (CPF ***.797.778-**) ■ **ADVOGADO:** ENZO SCATOLIN CAMACHO (OAB/SP 457.152)

REPRESENTADO(A): ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME (CNPJ 46.362.661/0001-68)

ASSUNTO: Representação formulada contra o Edital da Concorrência Eletrônica n.º 013/2025, Processo Administrativo 1DOC n.º 9.466/2025, que objetiva a contratação de empresa de engenharia especializada em serviços de iluminação pública viária, visando à execução de atividades de modernização e efficientização do sistema de iluminação pública do Município de Leme/SP.

EXERCÍCIO: 2025

INSTRUÇÃO POR: UR-10

PROCESSO PRINCIPAL: 00020037.989.25-8

Trata-se de representações intentadas por Beatriz Paula Caetano Santos e por Enzo Scatolin Camacho contra o edital da Concorrência Eletrônica nº 13/2025 da Prefeitura Municipal de Leme, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia especializada em serviços de iluminação pública viária, visando à execução de atividades de modernização e efficientização do sistema de iluminação pública do Município de Leme/SP.

Beatriz Paula Caetano Santos insurge-se contra o seguinte:

(a) incompatibilidade entre o critério de julgamento do menor preço global e a metodologia de avaliação técnica das amostras pelo Anexo VII;

(b) o conjunto de requisitos tecnológicos para 5 Postes Multiaplicações revela-se desproporcional, desnecessário e incompatível, além de ser exigida a apresentação de amostra física desse item complexo e de natureza tecnológica;

(c) exigência de credenciamento prévio na concessionária de energia elétrica como requisito de habilitação.

E Enzo Scatolin Camacho insurge-se contra o seguinte:

(d) o prazo transcorrido entre a publicação do edital e a abertura da sessão pública, de 14 dias úteis, está em desconformidade com o prazo mínimo para serviços especiais de engenharia;

(e) o edital deveria exigir prova de qualificação técnica operacional e profissional em postes multi aplicações;

(f) o item 7.4 do edital exige laudo técnico de capacidade de produção, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, o que é inviável diante da ausência de dados completos e precisos sobre os cenários luminotécnicos e os pontos de medição definidos pela própria Administração;

(g) não há justificativa técnica que fundamenta a exigência de apresentação de amostras isoladas do módulo/lente da luminária (item 3 da tabela), visto que a avaliação da performance e conformidade de equipamentos de iluminação, por padrão, deve ser realizada em sua totalidade (corpo completo, driver, módulo, lente, etc);

(h) não há clareza no tópico 5 da tabela do item 8.3 do edital, quando exige amostra de *“demais componentes indicados no Termo de Referência”*;

(i) o item 1.2 do Termo de Referência prevê a execução de podas pontuais e a supressão parcial ou total da vegetação como responsabilidade da contratada, o que constitui serviço variável e oneroso, sendo que não há levantamento prévio dessas intervenções;

(j) a exigência de grau de proteção IK 09 é indevida e tecnicamente inútil no presente caso, sendo que as Portarias do Inmetro nº 20/2017 e 62/2022, que dispõem que o grau mínimo de proteção das luminárias, corresponde ao IK 08;

(k) há incongruências e inconsistências no Termo de Referência: **(1)** o item 6.3.k do Termo de Referência exige que a vida útil das luminárias seja ≥ 90.000 h; por outro lado, no Anexo VII, consta exigência de vida útil ≥ 100.000 h; **(2)** o item 10.3.2 do TR exige garantia mínima de 5 anos para os relés fotoelétricos, todavia, não detalha se a garantia se refere à vida útil mínima ou a garantia contratual; **(3)** o item 11.1 do TR traz exigências quanto aos postes multi aplicações, todavia, não detalha qual o sensor de poluição sonora exigido (item k), não detalha a microestação meteorológica exigida (item m), bem como não detalha a caixa de áudio e a estrutura para antenas exigidas (itens n e o); **(4)** o item 5 da tabela “Avaliação dos Aspectos Físicos da Luminária” do Anexo VII exige a apresentação de luminária com acabamento anticorrosivo, porém, não detalha o modo de comprovação de tal acabamento; **(5)** o item 3 da tabela “Avaliação dos Aspectos Técnicos da Luminária” do Anexo VII exige fluxo luminoso de 160lm/W, todavia, o item 6.3.e do TR trata de 200lm/W como fluxo luminoso mínimo; **(6)** o item 9 da tabela “Avaliação dos Aspectos Técnicos da Luminária” do Anexo VII exige Luminária com THD, todavia a Portaria INMETRO nº 62/2022 não impõe limite máximo; **(7)** o Anexo VII exige que a demonstração deverá ser realizada em tempo real perante os membros da comissão técnica, todavia, não foi explicado como se dará apresentação presencial e em tempo real de um poste inteligente com aproximadamente 8 metros de altura e peso em torno de 450 kg;

(l) o valor estimado para a instalação de poste multi aplicações, de aproximadamente R\$ 15.000,00 conforme Anexo VI, encontra-se substancialmente abaixo dos preços praticados no mercado para equipamentos com essa finalidade.

É nesses termos que requerem a sustação cautelar do certame e a retificação do ato convocatório.

O edital é datado de 10/10/2025 e, segundo consta, a sessão pública está designada para o dia 30/10/2025.

Este é o relato do necessário. Decido.

Ao menos numa análise sumária e perfunctória que é inerente ao rito processual aqui aplicado, há sinais de possível risco ao procedimento licitatório em virtude dos aspectos indicados em **(h)** e **(k)**.

A respeito do indicado em **(h)**, trata-se de cláusula aparentemente inespecífica sobre qual será o objeto dessa amostra, de sorte a não haver clareza sobre qual o critério de aprovação/reprovação da amostra do Anexo VII será aplicado ao tópico 5 da tabela do item 8.3 do edital;

E em relação ao indicado em **(k)**, há um rol de aparentes incongruências e inconsistências envolvendo parâmetros de avaliação das amostras pelo Anexo VII, o que pode colocar em risco todo esse processamento de avaliação das amostras.

Trata-se de questões que, por si só, estão a revelar interesse público na sustação cautelar do procedimento licitatório, para o fim de colher justificativas da

Administração em relação ao trato dessas questões.

As demais questões serão oportunamente apreciadas ao final da instrução.

Diante desse quadro, com fundamento nos arts. 53, parágrafo único, nº 10, e 219-A, § 3º do RITCESP, **DETERMINO** a sustação imediata do procedimento licitatório.

NOTIFICO o responsável para que encaminhe a este Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias, uma cópia integral do edital em referência, inclusive de seus anexos, para o exame previsto nos arts. 170, § 4º, e 171, § 1º da Lei Federal nº 14.133/21, **ou**, alternativamente, que certifique que a cópia do edital acostada aos autos pelas Representantes corresponde fielmente à integralidade do edital original.

Neste mesmo prazo, **DEVERÁ** apresentar todas as informações cabíveis, consoante previsto no art. 171, § 2º, Lei Federal nº 14.133/21, abstendo-se da prática de quaisquer atos até ulterior deliberação desta e. Corte, salvo eventual anulação ou revogação do certame, que deverá ser comprovada imediatamente com a respectiva publicação **ou** divulgação em sítio eletrônico oficial.

Os documentos juntados nestes autos devem estar no formato “.pdf”, com recurso de pesquisa por expressões aberto e disponível, sob pena de ser determinado o seu desentranhamento.

ALERTO, por fim, para a necessidade de que a entidade promotora do certame mantenha acessível em seu site na internet, ou em outro por ela indicado, independentemente de cadastramento prévio ou de senha de acesso, todos os documentos pertinentes ao certame, incluindo eventuais esclarecimentos e o destino dado a impugnações ou recursos administrativos que possam ter sido intentados, nos termos indicados pelo artigo 164, parágrafo único, da Nova Lei de Licitações.

Publique-se.

Ao Cartório, para as devidas providências.

GCMV, 29 de Outubro de 2025

MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA
CONSELHEIRO

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 6-CCZG-9T75-6MXS-3DWB